

Propostas dos Segmentos Organizados para Governos Municipais do PSB

Fundação João Mangabeira



SHIS QI 05 • Conj. 02 • Casa 02 • CEP 71615-020 • Brasília-DF
Telefax: (61) 3365-5277 • 3365-5279 • 3365-4099
www.tvjoaomangabeira.com.br • www.fjmangabeira.org.br
e-mail: fjm@fjmangabeira.org.br



CLN 304 Bloco A - Sobreloja - Brasília - DF - CEP: 70736-510
Telefax: (61) 3327-6405 - 3326-0722
site: www.psbnacional.org.br | e-mail: psb@psbnacional.org.br



EXECUTIVA NACIONAL DO PSB 2011/2014

Presidente de Honra
Ariano Vilar Suassuna

Presidente Nacional
Eduardo Henrique Accioly Campos

Primeiro Vice Presidente
Roberto Átila de Amaral Vieira

Segundo Vice Presidente
Luiz Roberto de Albuquerque

Terceiro Vice Presidente
João Alberto Rodrigues Capiberibe

Quarto Vice Presidente
Alexandre Aguiar Cardoso

Quinto Vice Presidente
Ciro Ferreira Gomes

Secretário Geral
José Renato Casagrande

Primeiro Secretário Nacional
Carlos Roberto Siqueira de Barros

Segundo Secretário Nacional
Antonio Carlos Valadares

Primeiro Secretário de Finanças
Márcio Luiz França Gomes

2º Secretário de Finanças
Severino Nunes de Araújo

Secretaria Especial
Rodrigo Sobral Rollemberg

Secretaria Especial
Julio César Delgado

Secretaria Especial
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto

Secretaria Especial
Aluísio Sérgio Novais Eleutério

Secretaria Especial
Cid Ferreira Gomes

Secretaria Especial
Carlo Camilo Góes Capiberibe

Secretaria Especial
Ricardo Vieira Coutinho

Secretaria Especial
Wilson Nunes Martins

Secretaria Especial
Milton Coelho da Silva Neto

Secretaria Especial
Jaime Wallwitz Cardoso

Secretaria Especial
Wilma Maria de Faria

Secretaria Especial
Mari Elisabeth Trindade Machado

Secretaria Especial
Luiza Erundina de Sousa

Secretaria Especial
Cássio Coelho Andrade

Secretaria Especial
Sérgio Maurício Brito Gaudenzi

Secretaria Especial
Jonas Donizetti Ferreira

Secretaria Nacional do Movimento Popular
Maria de Jesus Matos

Secretário Nacional de Juventude
Bruno da Mata e Souza Carvalho

Secretaria Nacional de Mulheres
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha

Secretaria Nacional da Negritude
Maria Cristina do Rosário Almeida Mendes

Secretario Nacional Sindical
Joilson Antonio Cardoso do Nascimento

Secretario da Coordenação Nacional LGBT Socialista
Luciano Freitas Filho

Líder na Câmara Federal
Sandra Maria da Escossia Rosado

Líder no Senado Federal
Antonio CarlosValadares

**Propostas dos
Segmentos Organizados
para Governos Municipais
do PSB**

Apresentação

PROPOSTAS DOS SEGMENTOS ORGANIZADOS PARA GOVERNOS MUNICIPAIS DO PSB

Na oportunidade em que se realiza o seminário da FJM e do PSB para os pré candidatos e candidatas a prefeitos e prefeitas do nosso Partido às eleições de 2012, os segmentos organizados apresentam propostas para as plataformas de governos municipais do PSB. Os movimentos de Juventude, LGBT, Mulheres, Negro, Popular e Sindical, elaboraram este documento de políticas públicas, como contribuição aos programas de governos municipais e com o intuito de que sejam compromissos assumidos por candidatas e candidatos do PSB.

O comprometimento com a política e a democracia é objetivo unânime dos segmentos sociais do Partido Socialista Brasileiro. Todos partilham de um pensamento voltado para que as ações diárias dos militantes do Partido apontem para a busca de uma sociedade de iguais com respeito às diferenças. Igualdade de direitos na lei e na prática é a bandeira dos movimentos e está expressa nas demandas e na identidade de cada um.

As oportunidades oferecidas pelo Partido impulsionam a produção de ideias capazes de transformar uma conduta vigente,

arraigada de preconceitos, promovendo ações revolucionárias capazes de reverter o desequilíbrio existente na sociedade. Mudar o mundo não é interpretá-lo de forma diferente, mas sim, transformá-lo.

Na prática, a atividade de transformação é determinada pelas ideias, desejos, vontades e teorias latentes. E no PSB, o dia a dia de cada segmento organizado é impulsionado pelo desafio de disseminar o entendimento do socialismo como o caminho de um desenvolvimento econômico e social, justo e solidário, por meio da consolidação de políticas públicas que acabem a diferença social e promovam a emancipação dos excluídos.

A participação popular tem papel fundamental na transformação social. O pensamento do povo é a base da construção de novos ideais traduzidos através de uma proposta de plataforma de governo municipal. Dentre as muitas das atribuições de prefeitas e prefeitos destacam-se a correta administração e a prestação dos serviços básicos que atendam às necessidades da população. Isto é de fato a consolidação

de uma nova cultura política, socialista e democrática.

O objetivo desse impresso é construir o entendimento de que a participação dos movimentos sociais na proposta de uma plataforma de governo é uma contribuição valiosa e única. Por meio desse documento, que elenca demandas e a necessidade de enfrentamentos das desigualdades existentes no país em todos os segmentos, buscamos o comprometimento dos candidatos com a plataforma de igualdade, assegurando assim, orçamentos para sua implantação.

Os movimentos sociais do PSB entendem que para se consolidar políticas de promoção de igualdade é indispensável o comprometimento dos gestores socialistas, bem como de seus parlamentares. A visão dos segmentos está alicerçada na visão da sociedade, o que dá força às ações dos representantes eleitos que buscam mudanças.

Formar novos valores é tarefa árdua e para que importantes conquistas sejam alcançadas é importante ouvir as ideias dos segmentos organizados do PSB.

Bruno da Mata de Souza Carvalho

Secretário Nacional de Juventude

Luciano Freitas Filho

Secretario da Coordenação Nacional LGBT

Dora Pires

Secretária Nacional de Mulheres

Maria Cristina do Rosário A. Mendes

Secretária Nacional da NSB

Maria de Jesus Matos

Secretária Nacional do MPS

Joilson Cardoso

Secretário Nacional Sindical do PSB

Sumário

Juventude Socialista Brasileira

A JUVENTUDE E A SUA CIDADE..... 7

LGBT Socialista

**PROPOSTAS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS SOCIALISTAS EM
DEFESA DA LIVRE ORIENTAÇÃO-SEXUAL..... 13**

Mulheres Socialistas

**PROPOSTAS DO SEGMENTO DE MULHERES PARA AS
GESTÕES MUNICIPAIS DO PSB 19**

Movimento Negro Socialista

**PROPOSTA DE GOVERNO MUNICIPAL DO PSB
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL..... 25**

Movimento Popular Socialista

UMA PROPOSTA DE GESTÃO MUNICIPAL SOCIALISTA..... 35

SSB – Corrente do Sindicalismo Socialista Brasileiro

**CONTRIBUIÇÕES DA CMS/SSB PARA A
CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA SOCIALISTA DOS
FUTUROS GOVERNOS MUNICIPAIS DO PSB..... 39**



A JUVENTUDE E A SUA CIDADE

EXECUTIVA DA JUVENTUDE SOCIALISTA BRASILEIRA – JSB

Bruno da Mata

Secretário Nacional de Juventude

Sérgio Cardoso

Presidente Nacional da JSB

Pedro Henrique Alcino

Vice Presidente Político

Guilherme Thomaz

Vice Presidente de Gestão

Tony Sechi

Secretário Geral

Douglas Alves

I Secretário

Albeniz Junior

Secretário de Relações Internacionais

Domingos Dias

Secretário de Comunicação

Flávio Campos

Secretário de Combate às Opressões

Manoel Furtado Neto

Secretário de Finanças

Nestor Duarte

Secretário de Formação Política

Niully Nayara

Secretária de Movimento Estudantil.

Thiago Higino

Secretário de Políticas Públicas de Juventude

A JUVENTUDE E A SUA CIDADE

O Brasil nos últimos anos acumulou um grande crescimento econômico que tem interferido diretamente na vida de seu povo e no desenvolvimento das nossas suas cidades. Neste cenário, a juventude passou a ter um papel central na construção de novos modelos de desenvolvimento e conceitos para as cidades, as quais precisamos programar para este novo país.

Cidades que desenvolvam políticas de inclusão a fim de acompanhar diretamente o desenvolvimento econômico, social e cultural, sem esquecer a necessidade da distribuição de renda, sempre com o pensamento de que o espaço urbano seja promotor da cultura da paz e da integração, diferente do atual modelo a que fomos relegados, onde a exclusão e segregação se tornaram predominantes e afetam em especial os grandes centros.

Entre os anos de 2010 e 2011, a Organização das Nações Unidas decretou o ano da juventude no mundo. Fato que fortaleceu as discussões e tornou da necessidade de políticas específicas para os jovens e fez que no Brasil, governo e sociedade ampliassem o debate em torno de ações estratégicas para o segmento, dentre várias ações, destacamos a convocação e construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude, que contou com a participação efetiva da Juventude Socialista Brasileira em todos os momentos, desempenhando funções estratégicas e levando adiante nossas bandeiras.

Para além destes aspectos, com o rápido avanço das tecnologias e as novas formas de comunicação e interação, o mundo passou a entender e reconhecer mais esta faixa de idade como fase estratégica para o desenvolvimento e o planejamento dos próximos anos no planeta.

Nesta mesma toada, o Conselho Nacional de Juventude, junto ao movimento juvenil brasileiro, realizou em 2008 e 2010 o Pacto pela Juventude, documento que propunha aos candidatos e mandatários assumir um conjunto de diretrizes embasada nas resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude, e que nosso partido teve uma atuação extremamente diferenciada e a partir do pacto implementamos diversos compromissos assumidos. Dentre muitos avanços, destacamos a institucionalização dos espaços de juventude nos estados, onde todas as gestões socialistas têm em pleno funcionamento órgãos de juventude dentro das respectivas estruturas administrativas.

Ainda há muitos para se construir, e a partir deste documento lançamos alguns compromissos e desafios, não apenas para as nossas atuais e futuras administrações, mas para que o poder público no Brasil (executivo e legislativo em todos os níveis) assumam a responsabilidade de auxiliar na implantação de novo modelo de desenvolvimento, com a vertente jovem e sustentável.

Defendemos a construção de programas de governo pautados na criação de espaços públicos em nossas cidades capazes de trabalhar com a perspectiva da inclusão social e da garantia de oportunidades iguais para os nossos jovens, em especial a juventude do campo.

Alertamos para constante preocupação com a mobilidade no espaço urbano. A fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus usuários e garantir um número menor de automóveis que transformam o trânsito das cidades em verdadeiras aventuras cotidianas, possibilitando ainda a implantação de ciclovias, tipo de transporte barato e majoritariamente utilizado por jovens.

Sem dúvidas, quando se fala em Juventude, o tema da Educação é sempre imprescindível. Neste sentido, sugerimos a valorização do espaço escolar, da formação profissional do professor, e da construção de valores que girem em torno da defesa do meio ambiente, da cidadania ativa, do acesso às práticas esportivas, da defesa dos espaços e serviços públicos e da formação artística como valores emancipadores e centrais para formação das futuras gerações.

Por fim, trazemos a todas as pré-candidatas e todos os pré-candidatos do PSB a necessidade de assumir uma agenda de compromissos com a juventude no que tange à responsabilidade dos municípios, e sugerimos a todos formarmos uma grande aliança em torno da juventude e suas grandes bandeiras.

*** GARANTIR A EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA A CIDADANIA**

- Erradicar o analfabetismo entre os/as jovens do país e aumentar a escolaridade da população.
- Desenvolver políticas inovadoras que garantam a permanência dos jovens na escola.
- Buscar a reestruturação dos currículos da educação básica, referenciada numa matriz de educação para a sustentabilidade e cidadania ativa.
- Reconhecer os processos educativos para além do ambiente escolar e impulsionar a formação para o empreendedorismo, com enfoque territorial e solidário.
- Implantar programas de qualificação profissional que dialoguem diretamente com as necessidades locais e abram novos campos de trabalho para a juventude.

*** ASSEGURAR TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE**

- Institucionalizar políticas que promovam a inserção dos/as jovens em condições dignas de trabalho.
- Imediatamente, é preciso reduzir a jornada de trabalho e aumentar a fiscalização da contratação de aprendizes e estagiários, evitando sua utilização como forma de precarização do trabalho juvenil.

- Aumentar as políticas de crédito para a juventude incentivando e viabilizando o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia solidária.

*** IMPLEMENTAR POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

- Implementar políticas de promoção da igualdade racial, de combate à homofobia e ao racismo, buscando a equidade de gênero, a mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência, almejando garantir a inclusão social da juventude.
- Implementar nas administrações socionistas, políticas de equiparação salarial entre homens e mulheres, especialmente jovens.
- Criar mecanismos de combate e prevenção à violência contra as mulheres jovens.

*** PROMOVER O ACESSO AOS BENS CULTURAIS, AO ESPORTE E LAZER:**

- Garantir serviços e equipamentos específicos para a juventude, adequados para o desenvolvimento de oportunidades e alternativas para o exercício do tempo livre e para as práticas culturais e esportivas.
- Viabilizar fundos públicos para financiamento de projetos culturais e esportivos independentes por meio de editais.

*** PROMOVER A SAÚDE INTEGRAL**

- Implementar políticas de atenção integral à saúde do jovem voltadas para: prevenção de DST/HIV/AIDS e o uso abusivo de drogas, com atenção especial ao crack, considerando as diretrizes da política nacional de redução de danos.
- Fortalecer o Sistema Único de Saúde – SUS, qualificando profissionais para o atendimento da população jovem.

*** REDUZIR A MORTALIDADE DA JUVENTUDE**

- Criar mecanismos que diminuam a violência letal praticada por agentes de segurança pública com relação à juventude, em especial, negra e moradora de periferias
- Criar espaços de diálogo entre os jovens e os organismos de segurança pública para a efetivação de um sistema de segurança pautado na prevenção da violência e na defesa dos Direitos Humanos.
- Criar a rede de enfrentamento à violência contra a juventude através da conexão de ações no âmbito da sociedade civil e do poder público em todos os níveis.
- Buscar combater a impunidade e invisibilidade dos crimes que põem em risco a vida dos jovens brasileiros.



PROPOSTAS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS SOCIALISTAS EM DEFESA DA LIVRE ORIENTAÇÃO-SEXUAL

EXECUTIVA NACIONAL LGBT do PSB

Luciano Freitas Filho - PE

Secretário da Coordenação Nacional do LGBT

Antonio Lopes Souza (Toninho) - ES

Secretário Geral LGBT

Elida Maria Almeida Lima - AP

Coordenadora de Direitos Humanos e Cíveis LGBT

Endrigo Valadão da Cunha - RS

Coordenador de Comunicação

Weliton Melo Lima - PA

Coordenador de Projetos

Erik Ranny Pinheiro - CE

Coordenador de Advocacy e Relações Parlamentares

Gil Lima - BA

Coordenadora de Cultura LGBT

Alcemir Freire - PB

Coordenador de Formação Política

Dino José de Oliveira Alves - AL

Coordenador de Mobilização Política

Victor Pilato - PB

Coordenador de Relações Institucionais

Renato Andrade de Mendonça - RJ

Coordenador(a) de Gênero, Raça, Etnia e Movimentos Popular e Social

PROPOSTAS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS SOCIALISTAS EM DEFESA DA LIVRE ORIENTAÇÃO-SEXUAL

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres”*

Rosa Luxemburgo

Car@s companheir@s socialistas,

Recebam um caloroso abraço do Segmento LGBT do PSB, com votos de sucesso para nossas campanhas municipais no ano de 2012.

O Segmento LGBT do PSB, através de sua Executiva Nacional LGBT, traz algumas reflexões e propostas para um debate produtivo acerca da defesa socialista do direito a uma livre expressão afetivo-sexual. Esperamos contribuir com as campanhas políticas nas eleições que estão por vir.

Executiva Nacional LGBT do PSB

APRESENTAÇÃO

As políticas afirmativas para o respeito à Diversidade Sexual e combate à homofobia carecem de uma maior inserção dos Partidos Políticos e seus respectivos Parlamentares (deputados, senadores, governadores, vereadores e prefeitos) no tocante à defesa e à promoção de políticas em função dos Direitos Humanos e respeito à livre orientação sexual.

Historicamente, no campo da política

de Partidos, os grupos de esquerda têm tomado a frente da bandeira e/ou causa dos Direitos Humanos, bem como vêm aglutinando e organizando essas temáticas no âmbito dos Partidos. É imprescindível, desse modo, o fortalecimento dos movimentos sociais dentro do PSB, bem como nas gestões parlamentares dos socialistas. Temos a convicção que o Socialismo só se dará de forma efetiva e ampla quando a diversidade for considerada não somente como uma característica, mas sim como um fator indispensável ao partido para pensar suas posições políticas e a construção de políticas públicas para todos.

Pensar o Socialismo, hoje, no âmbito sociocultural e político do Brasil, requer uma dada atenção aos Direitos Humanos e Cidadania, bem como na defesa da liberdade, igualdade e alteridade dos sujeitos em sua diferença e diversidade. O materialismo histórico dialético como ferramenta intelectual, nos possibilita compreender a sociedade do prisma dos arranjos sociais que se estruturam em sistemas de exclusão e marginalização que operam a partir das diferenças de classes, e que nos tempos atuais se agravam nos recortes do gênero, da etnia, da orientação sexual e etc. Homens

e mulheres se diferenciam naquilo que pode uni-los.

Em termos quantitativos e qualitativos, é estratégico para um Partido que visa ou pretende atuar na esfera Federal com uma bancada de Deputados e Senadores maior, bem como na perspectiva de uma presidência da República, ampliar sua atuação nos diversos espaços e grupos sociais, assim como estimular as candidaturas desses militantes no âmbito da política.

É preciso qualificar os sujeitos LGBTs do Partido para sua atuação conjunta com demais segmentos sociais (cite-se o movimento de mulheres, negros e juventude), bem como o empoderamento teórico/filosófico desses sujeitos no tocante à promoção de um Socialismo efetivo e que contribua para superação de desigualdades, e que salvaguarde a liberdade e a justiça social brasileira.

O Socialismo em real exercício, no contexto sociocultural brasileiro, requer particular atenção sobre o desenvolvimento para além do crescimento econômico. Um Socialismo que garanta a igualdade a partir do enfrentamento da miséria, da alienação do trabalho e da desigualdade de direitos econômicos, é essencial para a luta de classes. Entretanto, não há Socialismo pleno, nas suas diversas gestões públicas, se não há o desenvolvimento humano, a legitimação da humanização do humano.

O Combate à homofobia, ao machismo e a promoção da igualdade de gênero são essenciais para o processo de significação dos sujeitos socialistas para com o mundo e do mundo para com os sujeitos socialistas. Uma bandeira de luta socialista e LGBT (re)afirma sujeitos, corpos e práticas

dotadas de desejo, amor e subjetividade. Ela clama o amor ao próximo, discurso proferido comumente, porém pouco praticado. Ela afirma aqueles que no armário estão, significam o mundo e são significados pelo mundo. É uma prática dialética, necessária e potencial contra a hegemonia de uma sociedade neoliberal classista, machista, heterossexista e homofóbica. Eis, portanto, um desafio aos projetos de nossos parlamentares, ao serem eleitos para o exercício de uma gestão municipal.

Eixos políticos norteadores para uma política municipal LGBT

A defesa do Estado laico: O Brasil, através de sua Constituição, garante a laicidade do Estado, considerando que nenhuma religião é padrão no nosso país. Sejam católicos, evangélicos, espíritas ou de religião de matriz africana, o direito de ir e vir, sem quaisquer distinções, sem discriminação de raça, etnia, orientação sexual e gênero, deve ser considerado, garantido e respeitado.

Isso é mais importante entender na voz e na pauta de quem se apresenta como candidato do Partido Socialista Brasileiro-PSB.

A vivência e uma prática de um Partido de esquerda e socialista:

O PSB, antes de tudo, por princípios, Estatuto e Código de ética, é um Partido de esquerda e socialista. Logo, as práticas e os discursos devem ser consoantes às lutas de esquerda e do socialismo Brasileiro. Entendemos

as dificuldades de alguns municípios em fazer uma defesa ampla da causa LGBT, contudo isso não implica somar força com os discursos contra os homossexuais.

Se você, caro candidato a Prefeito e Vereador do PSB, não pode contribuir abertamente com a defesa do segmento LGBT, por favor, não contribua com o discurso contra os LGBT, considerando assim os preceitos de socialismo e a liberdade com o qual coadunamos no PSB.

Conclamamos os companheiros e companheiras, candidatos a gestões municipais, a entoarem o coro da esquerda e do socialismo, reforçando o Manifesto, Código de ética e Estatuto do Partido.

Propostas LGBT para uma gestão municipal socialista

1) Apoio aos candidatos LGBT Socialista para eleições 2012 .

Atualmente, o segmento LGBT do PSB apresenta 20 pré-candidaturas para Câmaras Municipais. Precisamos do apoio com diálogo aberto e parceiro das nossas Executivas, garantindo a participação ativa dos pré-candidatos no período de Campanha eleitoral, nas passeatas, carreatas, Palanques etc. Apoio com produção de panfletos, adesivos, camisas, bandeiras, aluguel de carro de som etc.

2) Criação dos Conselhos Municipais LGBT: a exemplo de alguns municípios geridos pelo PSB, tal

como Belém de São Francisco-PE, é preciso o apoio para formação -via decreto- do Conselho LGBT, para que as políticas do Segmento sejam reforçadas e executadas em parceria com a Sociedade Civil organizada;

3) Apoio às Paradas da Diversidade:

Anualmente, as Paradas da Diversidade trazem um momento político às ruas, em que se busca promover a reflexão da sociedade acerca dos crimes homofóbicos e da necessidade de se respeitar a Diversidade Sexual. É necessário entender a Parada como uma ação social política, que deve constar no Plano de ação cultural e de Direitos Humanos das Prefeituras.

4) Criação de Coordenação ou Gerência Municipal de Livre Orientação-sexual:

a exemplo da cidade de João Pessoa, de Maceió, Macapá ou do Estado de Pernambuco, aonde temos Gerências e Assessoria LGBT, é preciso ampliar essa ação nas gestões do PSB.

Entendemos que não adianta incluir o segmento LGBT numa Coordenadoria de Direitos Humanos ou minorias, se não há uma discussão específica, com verba própria para ações públicas voltadas ao Segmento. Estar incluído numa Coordenadoria de Direitos Humanos ou minorias, sem verba específica para política municipal LGBT, é tudo e não é nada para uma atenção afirmativa a esse Segmento.

5) Criação de fundo municipal de combate à homofobia: na perspectiva de ampliar e fortalecer

a Coordenadoria ou Gerência LGBT na gestão municipal do PSB.

- 6) **Fortalecimento do Plano Municipal de DST/AIDS:** Infelizmente, o público LGBT ainda carece de grande atenção concernente às DSTs, por conta da vulnerabilidade do segmento para essas doenças infectocontagiosas. Por conta dos estigmas de grupo de risco e demais preconceitos sofridos em postos de saúde, muitos LGBT se negam fazer testagens, tratamentos e etc.

- 7) **Capacitação de guardas municipais e profissionais da área da saúde:** Cotidianamente, muitos casos de homofobia e discriminação ocorrem nos espaços públicos por parte de servidores públicos. O direito a bens comuns tais como saúde, educação e segurança cidadã são comprometidos quando Travestis, Gays, lésbicas são excluídos de um serviço qualificado e inclusivo.

- 8) **Educação e uma Escola sem Homofobia:** entendemos que a Educação é o instrumento para uma real luta de classes, uma real conquista de corações e mentes. A lei por si só não conquista pessoas a entenderem o respeito ao diferente como essencial para o bem-estar social. Desse modo sugerimos:

8.1 Formação de professores com a tematização e instrumentalização do docente acerca do gênero e Diversidade

8.2 inclusão da Orientação sexual como temática transversal nos

componentes curriculares da Educação Básica municipal

8.3 produção de cartilhas e cadernos que orientem contra machismo, homofobia e racismo

8.4 inclusão do nome social de travestis e transexuais nas cadernetas ou diários de classe

8.5 estímulo à inserção de travestis e transexuais no curso básico regular ou nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos-EJA, pró-Jovem, Programas de alfabetização, Correção de fluxo, ações essenciais para tirar as transexuais e travestis da prostituição.

- 9) **Geração de emprego e renda para travestis e transexuais:** 90% da população Trans encontra-se abaixo da linha da pobreza, em geral elas estão nas ruas se prostituindo e vulneráveis a todo tipo de violência física e psicológica. É preciso a criação de uma política contínua, que vise à geração de renda e emprego para esse segmento da sociedade.

Esperamos que tais propostas sejam amplamente estudadas e debatidas nas campanhas municipais dos candidatos do PSB, sobretudo nas suas respectivas gestões, considerando a expectativa e apoio para que muitos, dentre todos, sejam eleitos.

A Executiva Nacional LGBT do PSB se dispõe a contribuir com as campanhas de nossos candidatos, desejando a todos, mais uma vez, sucesso no percurso eleitoral de 2012.



PROPOSTAS DO SEGMENTO DE MULHERES PARA AS GESTÕES MUNICIPAIS DO PSB

EXECUTIVA NACIONAL DE MULHERES DO PSB

Dora Pires

Secretária Nacional de Mulheres

Neide Lima

Secretária Geral

Elisabete Barbosa

Primeira Secretária

Laura Mota Gomes

Coordenadora de Finanças

Mari Machado

Coordenadora de Formação

Política e Relações Internacionais

Sandra Gomes

Coordenadora de Comunicação

Francileide Fontenelle Passos

Coordenadora de Mobilização

Sonia Cavalcante

Coordenadora de Movimentos Sociais

Ely Almeida

Coordenadora de Raça e Etnia

Mônica Barroso

Coordenadora de Assuntos de Mulheres com Deficiência e de Mães de Deficientes

Silvana de Castro Teixeira

Coordenadora de Eventos

As mulheres socialistas levaram para discussão e aprovação, no XII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, ***Sugestões de Políticas Públicas para as Mulheres nos Governos do PSB***, que deverão ser apresentadas como propostas para gestões socialistas de prefeitas e prefeitos eleitos em 2012.

1. A promoção de uma nova relação entre homens e mulheres é ponto estruturante das políticas sociais socialistas;
2. As políticas socialistas de construção da igualdade de oportunidade entre os sexos devem ser reconhecidas, pelas demais administrações municipais do país, como exemplo para enfrentar as discriminações e exclusões baseadas no gênero;
3. As administrações municipais são responsáveis pelas políticas de atendimento às necessidades básicas da população, com possibilidade de influir sobre a formação dos indivíduos desde a sua mais tenra infância; e
4. As administrações municipais, por sua proximidade com as populações, gozam de um lugar privilegiado para promover as mudanças de comportamento, necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento econômico proposto pelo modelo socialista.

Assim, é indispensável à visão socialista de governo, no século XXI, introduzir, na

gestão, o compromisso de construir espaços institucionais para a implementação das políticas para mulheres e garantir no campo da educação instrumentos de transformação do machismo.

Valorizando, agora, as principais demandas levantadas pelas mulheres em todo o país, durante as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres, este documento pretende provocar um olhar especial sobre a saúde da mulher, sobre a sua inserção no mercado de trabalho e sobre o enfrentamento da violência doméstica e sexista a que estão secularmente submetidas, e que tanto penaliza a nossa sociedade, como um todo, atingindo, também, de forma perversa as crianças.

ATENDIMENTO à SAÚDE E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS

1. Criação de centros de referência em hospitais e ambulatórios para atendimento às mulheres em situação de violência, com capacidade para prestar atenção psicológica, jurídica e social;
2. Ampliação, para 180 dias, do Direito à Licença Maternidade para as servidoras Municipais;
3. Integração do município à Rede Nacional de Bancos de Leite Humano;
4. Implantação e implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, criado desde 1983, priorizando as seguintes ações:

- 4.1 Criação de Programa de Atenção às Mulheres Gestantes, com prioridade de atendimento médico e hospitalar humanizado, na hora do parto;
- 4.2 Funcionamento de serviços de aconselhamento para amamentação;
- 4.3 Criação de Programa de Prevenção e Atenção à Gravidez na Adolescência;
- 4.4 Criação de Programa de Planejamento Familiar.
5. Fiscalização da implementação da Lei do Parto Nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina de Sousa, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS;
6. Implantação de serviços municipais para garantir a efetivação do direito das mulheres à mamografia e aos exames preventivos do câncer de útero, com o fim de reduzir a mortalidade feminina por essas malignidades;
7. Criação do Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama e de Útero, fortalecendo a consciência da população para a importância da prevenção;
8. Criação de Programa de Redução de Danos no enfrentamento ao uso de drogas;
9. Elaboração e implementação de

um Plano Municipal de Combate à Epidemia de Feminização da Aids e outras DSTs;

10. Fiscalização da implementação da Lei de Brinquedotecas Nº 11.104 de 21 de março de 2005, de autoria da Dep. Luiza Erundina de Sousa.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

1. Promover a qualificação profissional das mulheres de acordo com as políticas de desenvolvimento, valorizando a sua formação técnica e tecnológica;
2. Construir parcerias com o Governo Federal e com empresas privadas para construir creches nos bairros, facilitando a vida profissional das mulheres;
3. Priorizar nos programas de emprego e renda as mulheres chefes de família;
4. Fomentar a organização de cooperativas e associações de mulheres, como forma de gerar renda; e
5. Criar mecanismos municipais de micro-crédito e criando condições especiais de acesso para as mulheres chefes de família.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

1. Criação de Centros de Referência da Mulher, no âmbito dos governos municipais, vinculados aos organismos municipais de políticas para as mulheres, para orientar as mulheres

quanto ao seu direito à uma vida livre de violência;

2. Enfrentamento, não aceitação ao assédio sexual no espaço de trabalho.
3. Integração de equipes municipais aos planos, programas e serviços de combate sistemático ao tráfico de mulheres;
4. Proibição expressa do uso da imagem da mulher nas campanhas publicitárias dos governos municipais;
5. Proibição expressa de contratação de bandas que executem músicas que detratem a imagem da mulher, para eventos oficiais do município, ou que o município apóie;
6. Apoio das forças municipais à implantação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres, em regime de 24 horas, e/ou postos nas delegacias existentes para atendimento adequado às mulheres;
7. Divulgação permanente, através de mecanismos institucionais, da Lei Maria da Penha,
8. Implantação da notificação compulsória nos hospitais públicos, da violência praticada contra as mulheres.

EDUCAÇÃO

1. Criação de programas específicos de formação técnica para mulheres;
2. Implementação de programas de alfabetização para mulheres;
3. Inserção na grade curricular da temática de gênero; e
4. Ampliação do número de creches municipais.

GESTÃO

1. Criação e Fortalecimento de Secretaria ou Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres; e
2. Criação e Fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher;

PSB

Garantir a participação política da mulher – PL N° 6216/02, de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina de Sousa –, destinando 30% dos recursos do fundo partidário à criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres, e prevê tempo na propaganda partidária gratuita para a mesma finalidade.

Brasília, 02 de dezembro de 2011



**PROPOSTA DE GOVERNO MUNICIPAL DO PSB
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

EXECUTIVA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO DO PSB

Maria Cristina do Rosário Almeida Mendes

Secretária Nacional da NSB

Valneide Nascimento dos Santos

Secretária Geral da NSB

José Maria da Silva

Primeiro Secretário da NSB

Domingos Barbosa dos Santos

Secretário Executivo da NSB

Nelson Inocêncio

Secretário de Formação Política da NSB

Edvande Pinto de França

Secretário de Planejamento da NSB

Luiz de Jesus

Secretário Institucional de Relações Institucional

Jorge Arruda

Secretário Religiosidade da NSB

Pedro Francisco da Silva Filho

Secretário de Comunicação, Mídia e Publicidade

Ariovaldo Senna dos Santos

Secretário de Organizações da NSB

Maria Aparecida Rufino Madureira

Secretário de Mulher Negra

Suplentes

José Ribamar Frazão da Silva

Amaro Jorge da Silva

Mariany Matos Nascimento

APRESENTAÇÃO

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, pode ser ensinado a amar.”

Nelson Mandela

O povo negro no Brasil de norte a sul, clama e luta político e socialmente por igualdade de direitos civis, por justiça social, por um sistema educacional digno de ensino-aprendizagem, por direito de oportunidade igual entre brancos e negros, por respeito à diversidade e por fim, pela construção de uma sociedade plural e igualitária.

Com a defesa desses ideais, não queremos tirar ou suprimir direitos já garantidos pela população branca, queremos tão somente que seus direitos não obscureçam os nossos direitos. Sabemos que reparação etnicorracial, políticas públicas e ações afirmativas por si só não legitimam a igualdade entre negros e brancos, é mais que isso – exige-se do poder público, implementação, fiscalização e aplicabilidade das leis, e da população negra, organização, participação e enfrentamento político para que possam sonhar a utopia de uma sociedade justa e respeitosa dos direitos humanos.

A secretaria da Negritude Socialista Brasileira está apresentando esse documento com o objetivo de contribuir com a discussão sobre as políticas de reparação enticorracial, bem como ser um órgão de apoio e multiplicador de agentes municipais

na formação de lideranças e na formação de potenciais políticos que uma vez empoderados, respeitem e assumam a causa do povo negro no Brasil.

Nós da NSB e milhões de brasileiros negros e negras, investimos nesse país, através de nossos ancestrais 356 anos de trabalho forçado e gratuito na construção e estruturação econômica dessa pátria. De forma que vamos lutar com todo o poder que é conferido legitimamente aos representantes eleitos do PSB, para que seja reparado o atraso social que nos fora imputado ao longo desses tantos anos. Vamos acompanhar cada ato do poder público municipal, vamos incentivar e exigir que as leis sejam aplicadas e implementadas.

Enfim, queremos ver os prefeitos em seus municípios formando educadores e educadoras no sentido de erradicar, da sociedade brasileira, a discriminação etnicorracial. O verdadeiro socialista na sua conduta política e na natureza da ideologia socialista condena e repudia toda e qualquer forma de intolerância.

Prof. Mcs. Domingos Barbosa dos Santos

PROPOSTA DE GOVERNO DA NEGRITUDE SOCIALISTA BRASILEIRA DO PSB POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Incorporação da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial nos Programas Governamentais;
- Monitoramento e acompanhamento da implantação e execução da Política e do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial pelas prefeituras;
- Publicização da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- Construção de estratégias que garantam a incorporação das políticas de promoção da igualdade racial nos programas governamentais;
- Garantia de práticas institucionais de controle social que assegure o princípio da gestão democrática;
- Construção coletiva de ações em parceria com o conjunto das secretarias afins que contribuam para eficácia de políticas transversais nas questões etnicorraciais.
- Instituição de mecanismo de gestão por meio de Assembléia Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- Implantação e implementação do Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

EDUCAÇÃO

- Garantir ações de acesso e permanência, bem como a melhoria

do desempenho de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras, indígenas, e demais grupos discriminados, em todos os níveis da educação escolar, considerando as modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial;

- Assegurar a formação dos/as trabalhadores/as da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
- Assegurar políticas públicas de redução da evasão escolar e defasagem idade-série dos/as alunos/as pertencentes aos grupos étnicos raciais discriminados;
- Assegurar ações que visem a eliminação do analfabetismo entre as populações negras, indígenas, e demais grupos étnico raciais discriminados;
- Garantir o cumprimento, por meio de um Decreto Municipal, do Plano Nacional de implementação da lei 10.639/03 que trata sobre a educação das relações étnico raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira, bem como da lei 11.645/08 que inclui a educação indígena;
- Assegurar a divulgação do Plano Nacional de implementação da lei 10.639/03 por meio de campanhas sistemáticas, na mídia televisiva, radiofônica e visual;

- Formar e informar os movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros brasileiros sobre os conteúdos do Plano Nacional de implementação da lei 10.639/03, bem como a Lei 11.645/08;
- Estimular o uso de bens materiais e imateriais do patrimônio cultural das comunidades de terreiro, bem como enfrentar a intolerância religiosa dentro da escola;
- Assegurar ações que permitam a convivência entre as diferenças religiosas, exercitando a prática da aceitação e do diálogo pluriétnico;
- Assegurar o quesito raça/cor e denominações religiosas em todas as fichas de matrículas dos/das alunos/as nos diferentes níveis dos sistemas de ensino, respeitando a opção étnica e religiosa da auto declaração;
- Estimular e incentivar os representantes oficiais das unidades federais de ensino a adotarem o sistema de reserva de vagas para negros/as e indígenas no ingresso às universidades públicas;
- Apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a implementação de políticas de ação afirmativa para a população negra;
- Reformular o currículo escolar de

modo que os conteúdos programáticos estejam fundados em pressupostos históricos, sociais e antropológicos de acordo com a realidade do/a aluno/a negro/a e afro descendente, com a finalidade de superar as práticas racializadas presentes no material didático.

SAÚDE

- Implementar a política municipal de saúde integral da população negra e a efetivação do acompanhamento das ações planejadas;
- Garantir ações intersetoriais para desenvolvimento de projetos de projetos em consonância com a Política Municipal de Saúde em consonância com a Política Municipal de Saúde da População Negra;
- Identificação, cadastramento e acompanhamento na Atenção Básica de 100% das crianças com doença falciforme;
- Realização de projetos (seminários, oficinas, cursos) em parceria com movimentos sociais e demais setores visando articular a Política de promoção da saúde com destaque para a saúde da população negra;
- Garantir o aumento de vagas para tratamento dos dependentes de drogas lícitas e ilícitas do Sistema Municipal de Saúde, sobretudo no atendimento da população negra.

- Garantir a integralidade, com equidade, na atenção à saúde da população negra;
- Fortalecer a dimensão etnicorracial no Sistema Único de Saúde, incorporando-a à elaboração, implementação, controle social e avaliação dos programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde;
- Aferir e combater o impacto bio-psicossocial do racismo e da discriminação na constituição do perfil de morbimortalidade da população negra;
- Promover ações que assegurem o aumento da expectativa de vida e a redução da mortalidade da população negra;
- Ampliar o acesso da população negra, com qualidade e humanização, a todos os níveis de atenção à saúde, priorizando a questão de gênero e idade;
- Desenvolver ações específicas de combate à disseminação de HIV/AIDS e demais DST junto às populações negras;
- Assegurar a implementação do programa nacional de atenção integral às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias;
- Disseminar informações e conhecimento junto à população negra, e demais grupos etnicorraciais discriminados, sobre suas potencialidades e suscetibilidades em termos de saúde, e os consequentes riscos de morbimortalidade;
- Implementar o quesito raça/cor nos formulários em todo sistema de saúde do município brasileiro;
- Assegurar a formação com inclusão dos temas racismo e saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos (as) trabalhadores (as) da saúde e no exercício do controle social;
- Assegurar a publicização da saúde da população negra envolvendo todos os segmentos da administração pública do município por meio de pesquisa assegurando sua ampla divulgação;
- Implementar o processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e a redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde;
- Criar programa de assistência à saúde da mulher negra que implementem ações direcionadas para a saúde da mulher negra, com ênfase na sexualidade (gravidez na adolescência, pré-natal, parto e abortamento inseguro e suas complicações), DST (feminização da AIDS), doenças crônicas degenerativas, diabetes tipo 2, hipertensão arterial, câncer ginecológico e anemia falciforme, planejamento familiar (orientação

e acesso à laqueadura tubária e vasectomia), climatério, saúde mental e em sistema prisional, no combate a violência doméstica e sexual da mulher negra;

- Definir rubrica e destinação de recursos específicos para a implementação de políticas públicas de atenção à saúde da população negra;
- Publicizar por meio de campanhas anuais as políticas de Prevenção e Atenção à Saúde da População Negra;
- Fortalecer o Fórum Municipal de políticas de atenção à saúde da população negra;

CULTURA

- Promover o respeito à diversidade cultural dos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira;
- Fomentar as manifestações culturais dos diversos grupos etnicorraciais brasileiros e ampliar sua visibilidade na mídia;
- Preservar o patrimônio cultural material e imaterial dos diversos grupos étnicos brasileiros;
- Assegurar o reconhecimento e a valorização da pluralidade religiosa, conforme dispõe a Constituição Federal 1988;
- Dar visibilidade aos marcos históricos significativos das diversas etnias e grupos historicamente discriminados,

no calendário festivo da cidade de Vitória;

- Assegurar a instituição do feriado municipal no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra;
- Promover ações educativas e culturais referentes às datas históricas significativas da população negra e da luta contra o racismo institucional;
- Realizar ações educativas e culturais nas datas significativas da população negra ampliando e valorizando o conhecimento sobre a África e o saber histórico negro e indígena.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Promover ações com a Segurança Urbana voltadas para a proteção de jovens negros, indígenas e contra quaisquer tipos de violência;
- Estimular os setores da Segurança Urbana a atuarem na proteção das comunidades de terreiro;
- Combater todas as formas de violação dos direitos humanos, sobretudo aquelas praticadas contra as mulheres negras e o segmento LGBT;
- Atender as demandas de usuários de drogas como questão de saúde pública e não de polícia, sobretudo as praticadas população negra;
- Eliminar a exploração do trabalho infantil, especialmente o doméstico e sobretudo entre as crianças negras;
- Eliminar o tráfico e a exploração sexual de crianças, adolescentes e

jovens, sobretudo da etnia negra;

- Assegurar implementação de políticas públicas para reinserção social e econômica dos/as adolescentes e jovens egressos/as, respectivamente, da internação em instituições sócio-educativas ou do sistema prisional;
- Realizar ações de enfrentamento ao racismo institucional contra negros;
- Implementar ações de segurança que atendam à especificidade de negros e comunidades de terreiros.

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

- Elaborar pesquisa que vise à identificação de quilombos urbanos no município;
- Promover ações que contribuam no desenvolvimento econômico sustentável das comunidades remanescentes de quilombos urbanos, inserido-as no potencial produtivo da cidade;
- Proporcionar o efetivo controle social das políticas públicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos urbanos;
- Assegurar a proteção das terras das comunidades desses segmentos;
- Preservar o patrimônio cultural, material e imaterial dessas comunidades;
- Mapear a identificação e o levantamento socioeconômico dessas comunidades;

- Incentivar ações de sustentabilidade para essas comunidades.

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO

- Assegurar o caráter laico do Estado Brasileiro, nas atividades educativas, comemorativas e festivas do serviço público;
- Garantir o cumprimento do preceito constitucional de liberdade de credo;
- Buscar mecanismos para o reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiro como espaço sagrado e como patrimônio imaterial, garantindo o livre acesso a esses espaços e não violação de suas práticas religiosas;
- Assegurar ações que permitam o enfrentamento à intolerância religiosa;
- Mapear a situação fundiária das comunidades tradicionais de terreiro assegurando-lhes a devida legalização cartorial;
- Assegurar a assistência jurídica gratuita na regularização dos imóveis de terreiro, bem como a isenção de impostos;
- Realizar ações que possam promover melhorias de infraestrutura nas comunidades tradicionais de terreiro;
- Estimular a preservação de templos registrados como patrimônio cultural;
- Combater as práticas midiáticas de discriminação contra as comunidades de terreiro e de intolerância religiosa.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

- Fortalecer as ações de combate à pobreza e à fome na cidade, incorporando a perspectiva etnicorracial em todas as ações de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, e nos programas de transferência condicionada de renda do Governo Federal, com prioridade às mulheres negras, chefes de família;
- Promover a igualdade de direitos no acesso ao atendimento sócio-assistencial, à segurança alimentar e nutricional e aos programas de transferência condicionada de renda, sem discriminação etnicorracial;
- Incorporar as necessidades das comunidades negras nas diretrizes do planejamento das políticas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional;
- Promover a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania, de segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva, voltadas para o segmento da população negra e indígena;
- Desenvolver mecanismos de controle social de políticas, programas e ações de desenvolvimento social e combate à fome, garantindo a representação de todos os grupos étnico-raciais nas instâncias de controle social;
- Garantir políticas de renda, cidadania, assistência social e segurança alimentar e nutricional para a população negra, grupo de índios urbanos e de comunidades de terreiros;

- Registrar o quesito raça/cor dos/as beneficiários/as nos diversos instrumentos de cadastro dos programas de assistência social, de segurança alimentar e de renda de cidadania;
- Fortalecer as inter-relações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA com as entidades representativas de comunidades de terreiros;
- Criar, fortalecer e ampliar programas e projetos de desenvolvimento social e segurança alimentar e nutricional, com ênfase nos saberes e práticas, de contextos sócio-religiosos de matriz africana.

POLÍTICAS URBANAS

Assegurar o acesso da população negra urbana aos programas de política habitacional nacional e municipal;

- Estabelecer política de promoção da igualdade racial nos programas de financiamento de habitação e interesse social;
- Fornecer às comunidades de terreiro a orientação técnica nas edificações e/ou reestruturação das casas de culto das religiões de matriz africana;
- Promover o saneamento básico nas áreas habitadas pelas comunidades negras urbanas;
- Estimular a busca de soluções para os problemas ambientais, sobretudo nas áreas de maior abrangência de população negra;

- Garantir a representação do Movimento Negro nos diversos mecanismos e Fóruns de participação e controle social das Políticas Urbanas das Cidades Brasileiras.

JUVENTUDE

Ampliar as ações de qualificação profissional e desenvolvimento humano voltadas aos/as jovens negros/as, especialmente nas áreas de grande aglomeração urbana;

- Intensificar as ações de enfrentamento à violência contra a população negra, com prioridade para juventude negra;
- Promover políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação que tenham como público alvo a juventude negra;
- Assegurar políticas de emprego para juventude negra, visando eliminar a situação de vulnerabilidade social;
- Monitorar projetos e ações que atendam a juventude negra em situações de vulnerabilidade;
- Promover ações de reforço à cidadania e à identidade do/a jovem, com ênfase na população negra.
- Apoiar ações afirmativas que objetivem ampliar o acesso e permanência do/a jovem negro/a na

escola, com um currículo escolar alternativo que atenda aos interesses e as reais possibilidades dessa população.

COMUNICAÇÃO.

- Estimular a inclusão de critérios de concessões de rádio, televisão e jornal que garantam políticas afirmativas para negros e indígenas;
- Rever os critérios de concessões que assegure nos termos os índices censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a publicização das diferentes etnias;
- Incluir o percentual de cotas correspondentes aos representantes das populações negra e indígena nas mídias especialmente a televisiva em peças publicitárias.
- Criar ações que contribuam para a eliminação da veiculação de estereótipos de gênero, raça, cor e etnia nos meios de comunicação;
- Assegurar ações comunicativas que fortaleça a auto-estima da população negra e estimulem o desenvolvimento social com imagens afirmativas.
- Criar Comitê de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas Municipais de Promoção da Igualdade Racial;



Partido Socialista Brasileiro

UMA PROPOSTA DE GESTÃO MUNICIPAL SOCIALISTA

EXECUTIVA DO MOVIMENTO POPULAR SOCIALISTA

Maria de Jesus Matos

Secretaria Nacional

Daniel Lindoso Mota

Coordenação de Mobilização

Jailson Souza Silva (Caio)

Coordenação de Finanças

Francisco Ferreira Cavalcante

Coordenação de Comunicação e Divulgação

Edson Alves Leite

Coordenação de Formação Política

José Messias Andrade Junior

Coordenação Região Nordeste

Elizeu Francisco Rodrigues

Coordenação de Elaboração de Projetos

Washington Luiz Magalhães Picanço

Coordenação Região Norte

Nestor Malta Soares

Coordenação Região Sul

Robson Botelho

Coordenação Região Sudeste

Acilino Ribeiro

Coordenador Região Centro- Oeste

Ednaldo Barbosa Guedes

Suplente

Manoel Almeida da Silva

Suplente

Nilce Maria Costa Dias

Suplente

Com base nos princípios do Manifesto e programa do Partido Socialista Brasileiro, a formulação de uma proposta política deverá focar a realidade de cada cidade, seja ela de grande, médio ou pequeno porte, porém todas elas perpassam pelo social, visando à qualidade de vida da população. O Movimento Popular Socialista aponta algumas diretrizes gerais para um Governo Socialista na gestão municipal.

I. Articular e promover múltiplas formas de participação da sociedade no controle social e a transparência;

- Incentivando e apoiando a criação dos conselhos através de câmaras temáticas, que possam realizar estudos ou diagnosticar sobre temas de habitação, educação, mobilidade urbana e saúde;
- Estimular, incentivar e apoiar conselhos e conferências municipais, EX: Saúde, Educação, Juventude, das cidades, entre outros temas;
- Implantar um processo de planejamento com a participação da sociedade civil e ampliar e qualificar as instâncias de intervenção e controle social;
- Transparências nos gastos públicos, assim cumprindo a Lei Capiberibe que é de autoria do Senador Capiberibe.

2. Mobilidade Urbana;

- Política de restrição de uso do

transporte individual em áreas já poluídas;

- Implantação de sistema de controle de tráfego e de velocidade;
- Estimular e ampliar a política de ciclovias nos municípios como meio de trabalho e lazer, locais para estacionamento de bicicletas;
- Regulamentação municipal para serviço de moto táxi;
- Promover campanhas sobre “calçada é legal”.

3. Geração de Emprego e Renda:

- Incentivar a formação de cooperativas;
- Estimular o empreendedorismo e buscar a capacitação gerencial de pequenos negócios com fortalecimento do microcrédito;
- Promover a capacitação e o treinamento da mão-de-obra local, articulando com as demais esferas de governo, um sistema municipal de emprego e renda.

4. Saúde:

- Trabalhar e fortalecer uma política de prevenção para os públicos diversificados EX: jovem, mulher, negros, idosos e o homem;
- Promover esportes e o lazer como meio de prevenção e melhoria da saúde e das condições físicas do ser humano e da integração social;
- Assumir compromisso de Governo

na consolidação do Sistema Único de Saúde, com seus princípios fundamentais e constitucionais de acesso universal, igualdade, ética e humanização no atendimento de todo, como eixo fundamental na formulação da política de saúde.

- Preocupar e focar políticas públicas para o usuário de drogas, em especial o usuário de CRACK.

5. Habitação:

- Propor e elaborar projetos de revitalização e moradias dos centros das cidades de grande, médio e pequeno porte;
- Trabalhar uma política habitacional para atender a demanda por moradia de baixa renda é uma tarefa a ser enfrentada pelas Prefeituras Municipais.

6. Educação:

- Priorizar ensino fundamental e educação infantil, a valorização da vida, o esporte e lazer;
- Implantar programas envolvendo educação e Conselhos de Direito para valorização da vida e prevenção à violência e às drogas, trabalhando a família e levando-se em conta as necessidades e a cultura;
- Priorizar as áreas de risco social, integrando as creches e incentivando o aproveitamento das entidades que já atuem no setor;

- Elaborar projetos para manter aos finais de semana “escola de Portas Abertas”.
- Cultura, esporte, recreação e lazer devem ser compreendidos de maneira integrada, entre si e com outras áreas como educação, saúde e geração de renda, sendo necessária uma articulação entre as políticas implementadas;
- Aperfeiçoar e aproveitar o uso de espaços já utilizados pela comunidade (escolas, praças, centros de cultura, centros comunitários, centros de referência, casas de cultura, bibliotecas, universidades públicas, unidades móveis, igrejas, clubes) para a realização de atividades culturais, de esporte e de lazer, com gestão das próprias comunidades e apoio da Prefeitura.

7. Defesa do Consumidor:

- Efetivar e viabilizar a implantação do PROCON Municipal para atuar em conjunto com o PROCON Estadual;
- Modernizar, estruturar e adotar um controle de eficiência nos órgãos municipais responsáveis pela gestão das políticas públicas e pela prestação dos serviços, para que possam dar respostas eficazes às demandas da população.



**CONTRIBUIÇÕES DA CMS/SSB PARA A
CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA SOCIALISTA DOS
FUTUROS GOVERNOS MUNICIPAIS DO PSB**

EXECUTIVA NACIONAL DA CMSSSB

I - Coordenação Geral Nacional:

Joilson Antônio Cardoso do Nascimento – RJ

Secretário Nacional Sindical (Executiva Nacional PSB)

Vicente Paulo de Oliveira Selistre – RS

Coordenador Geral Nacional (Diretório Nacional do PSB)

Márcia Almeida Machado – ES

Coordenadora Geral Nacional (Diretório Nacional do PSB)

II - Coordenadores (as) Nacionais:

Bismark Saraiva Medeiros – PE

Claudemir Nonato Santana – BA

Elgiane de Fátima Machado Lago RS

Francisco das Chagas Nascimento – DF

Francisco de Assis da Paixão e Silva – PA

Kátia Gomes Gaivoto – RJ

Marionaldo Fernandes Maciel SP

Maria do Socorro Nascimento Barbosa – MA

SSB

Caio Isacksson Santana – AP

Coordenador Geral Nacional

Jadson Sarto Angelo Oliveira de Pontes – CE

Coordenador Geral Nacional

CONTRIBUIÇÕES DA CMS/SSB PARA A CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA SOCIALISTA DOS FUTUROS GOVERNOS MUNICIPAIS DO PSB

Defendemos:

I – REFORMA URBANA

a) Defesa da gestão sustentável das cidades – é inaceitável ver em que se transformaram as grandes metrópoles brasileiras – uma multidão de gente vindo dos mais longínquos lugares deste país – filhos do êxodo rural – em 50 anos o Brasil inverteu os números de 80% da população que vivia no campo para as cidades filhos adotivos do desemprego ou do subemprego amontoados nas favelas das grandes cidades, a mercê da sorte, do tráfico e, mais recentemente, da milícia. Faltalhes emprego decente e de qualidade, saúde, saneamento, segurança. Falta-lhes o estado de bem estar social. Falta-lhes governos sérios, pois os poucos sérios, sozinhos, são insuficientes, diante de tanto para se fazer — daí faltar-lhes escola, escola de qualidade, pois, assim, os muitos, não sérios, continuarão governando, perdemos na correlação de forças, até

quando o povo despertar e tomar para si, seu destino;

- b) Sobre a violência que é uma questão complexa e não se restringe à dicotomia polícia X bandido;
- c) Fortalecimento das Guardas Municipais em medidas preventivas de combate à violência;
- d) Aumento da rede de proteção social, principalmente, para jovens e adolescentes;
- e) Defesa da implantação do Plano Diretor das cidades, construídos democraticamente, como está previsto no Estatuto das Cidades;
- f) Defesa dos serviços essenciais – defesa da Educação Pública, laica, democrática – Universalização da Saúde Pública – Defesa do SUS – Moradia – combate ao déficit habitacional com a construção de moradias populares e avançar nos financiamentos pelo poder público;
- g) Combate a especulação imobiliária que, na cidade, se equipara ao latifúndio no campo – imposto progressivo;
- h) Defesa do Meio Ambiente, eticamente

sustentável – todas as questões relacionadas com o meio ambiente deverão fazer parte de uma nova concepção de vida na cidade – punições severas contra os crimes ambientais – pela regulamentação das leis ambientais – constituição de comitês ambientais com participação popular;

- i) Defesa de um novo modelo de transporte – Fortalecimento e ampliação do transporte de massa, principalmente os sobre trilhos e sistemas inteligentes de transportes de massa;
- j) Revisão das tarifas de transportes objetivando combater os abusos desses setores empresariais;
- k) Não criminalização do transporte alternativo – regulamentação e legalização.
- l) Política de segurança pública séria com valorização dos trabalhadores (as) da segurança;
- m) Reforma fundiária, combate a especulação imobiliária.

2 – PLENO EMPREGO E TRABALHO DECENTE

- a) O pleno emprego passará pela defesa da redução da jornada de trabalho, o combate a rotatividade e contra a precarização e redução de direitos;
- b) Combate à discriminação das mulheres, jovens, negros, por orientação sexual e deficientes no acesso e permanência no emprego de qualidade;
- c) Combate à automação indiscriminada e

sua resultante, com a conseqüente re inserção dos trabalhadores vitimados com o desemprego;

- d) Aumento da escolaridade, formação e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade;
- e) Defesa do concurso público em todas as esferas e setores;
- f) Combate à terceirização;
- g) Plano municipal de qualificação e requalificação profissional;
- h) Plano municipal de desenvolvimento do trabalho, emprego, renda e qualificação, voltado para as vocações regionais e locais.

3 – MELHORES SALÁRIOS

- a) Defesa da política de valorização dos salários dos servidores;
- b) Defesa do piso nacional da educação pública.

4 – RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- a) Reconhecimento do comitê de locais de trabalho e a representação de base, com estabilidade para seus membros;
- b) Defesa da estabilidade e licença para os dirigentes sindicais eleitos pela organizações sindicais;
- c) Defesa do custeio para as organizações sindicais, arrecadação e repasse em folhas de pagamentos;

- d) Mesas permanentes de negociação com o sindicato representativo da categoria;
- e) Regulação dos direitos de organização e negociação no setor público.

5 – AMPLIAR E UNIVERSALIZAR OS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

- a) Defesa da previdência pública e sua universalização;
- b) Combater o trabalho escravo – é abominável a exploração de crianças;
- c) Combate a todo e qualquer retrocesso nas regras da previdência Social;
- d) Nenhum retrocesso de direitos – avançar para a conquista de novos direitos;
- e) Funções iguais, salários iguais – não aceitamos a discriminação das pessoas, especialmente, em ambiente de trabalho, seja por etnia, raça, gênero, orientação sexual, idade, portadores de necessidades especiais;
- f) Defesa do aumento da licença maternidade;
- g) Defesa da saúde do trabalhador e trabalhadora, como também a efetiva segurança, medicina e higiene no trabalho;
- h) Instituição de planos de carreiras e salários;

6 – AMPLIAR A DEMOCRACIA

- a) Fortalecimento da TV pública e rádios comunitárias;

- b) Planejamento participativo das cidades;
- c) Valorização dos fóruns de participação popular;
- d) Acabar com a política de arrocho fiscal fim das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- e) Aumento da partilha orçamentária para os municípios;
- f) Defender a participação da sociedade civil nas definições dos orçamentos públicos;

7 – UMA NOVA GOVERNANÇA

- a) Uma nova relação com os movimentos sociais representativos e com os fóruns da cidade;
- b) Uma nova relação com os poderes instituídos, em especial a Câmara de Vereadores;
- c) Uma nova visão sobre o orçamento, planejamento e gestão;
- d) Instituição e fortalecimento das secretarias de trabalho, emprego, renda e **qualificação**;
- e) Instituição de planos e qualificação profissional relacionados com o desenvolvimento regional e local;
- f) Pela aplicação imediata da Lei 131/09, Lei da Transparência, em todas as instâncias públicas.

8 – REPARAÇÃO DE DIREITOS

Defesa da demarcação e regularização das terras indígenas e dos quilombolas.